

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.664.541 - SP (2020/0035803-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ROBSON QUEIROZ DE SOUZA MACEDO
ADVOGADOS : MARCELO RODRIGUES BARRETO JÚNIOR - SP213448
RAFAEL HENRIQUE DE SOUZA - SP346085
AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : LUCAS DE MELLO RIBEIRO - SP205306
RENATA VICTORIA NOBREGA DA LUZ - SP393899
ANDRESSA SÁ RODRIGUES CINTRA - SP383678

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ROBSON QUEIROZ DE SOUZA MACEDO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim resumido:

AÇÃO INDENIZATÓRIA. Consumidor que, após efetuar saque em agência bancária, foi vítima de roubo na via pública. Sentença de improcedência. Irresignação da parte autora.

Descabimento. Preliminar de ausência de dialeticidade recursal afastada. Ausência de responsabilidade da instituição financeira em caso de roubo que ocorreu fora das dependências da agência bancária. Impossibilidade de se imputar ao banco a responsabilidade pelo evento. Não ocorrência de falha na prestação dos serviços. Reponsabilidade civil não configurada.

Culpa exclusiva de terceiro. Rompimento do nexo de causalidade. Inteligência do artigo 14, parágrafo terceiro, do Código de Defesa do Consumidor. Honorários advocatícios majorados para 20% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, §11, do CPC, ressalvada a gratuidade. Sentença mantida. Aplicação do art. 252 do RITJSP. Recurso não provido.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" e alínea "c" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 186 e 927, ambos do CC, e 6º, VI, VIII e X, do CDC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Como verifica-se nos autos, não há dúvidas de que houve ofensa a moral do recorrente, pois além de ser submetido a situação de risco de vida, ainda recebeu a culpa pelo assalto sofrido.

[...].

Destacamos que os meliantes sabiam os valores que o autor acabara de sacar, o que apenas demonstra que TAIS INFORMAÇÕES FORAM OBTIDAS DENTRO DO BANCO RÉU, seja por funcionário da própria requerida ou por outra pessoa que estava dentro da agência bancária, o que por si só deixa claro que o réu falhou em garantir a segurança de seus clientes.

De fato o que ocorreu foi a falta de seguranças dentro das dependências da ré, pois se houvesse prepostos preparados e treinados naquele local, tal informação não chegaria ao conhecimento dos meliantes que acabaram por abordar o Autor logo após o mesmo sair do estabelecimento do réu.

[...].

Neste liame, frisa-se que o simples fato do recorrente sofrer um assalto logo após sair das dependências da ré após um saque que tinha acabado de realizar já demonstra, por si só que não se trata de um mero aborrecimento, ou fato de terceiro, pois se assim for, seria o mesmo que permitir e concordar com tais atitudes perpetradas pelo recorrido, o que não se pode admitir.

[...].

Neste caso o dano é presumido e não depende de prova, pois em favor do Autor milita presunção de existência e de veracidade (fls. 105/109).

É o relatório. Decido.

Na espécie, em relação aos arts. 186 e 927, ambos do CC, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ademais, quanto ao art. 6º do CDC, aplica-se o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou o dispositivo de lei federal apontado, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que

Superior Tribunal de Justiça

a “argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula n. 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Por fim, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente